DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O FORA BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS

Há urgência de unidade na luta por um sindicato forte, altivo e combativo. O ano de 2022 é emblemático para todas as educadoras e educadores (técnicos e docentes) comprometidos com a emancipação da classe trabalhadora. Desde o Golpe de 2016, somos alvo de um conjunto de ataques desferidos pelos desgovernos de Michel Temer e Jair Bolsonaro: as chamadas *contrarreformas* Trabalhista, Previdenciária e do Ensino Médio, a ausência de reajuste salarial e o congelamento dos gastos públicos, além de variadas investidas contra a luta sindical, com o objetivo de destruir os sindicatos e suas funções - constitucionalmente asseguradas - de livre associação, organização, representação e defesa da classe trabalhadora.

Em contrapartida, a progressiva retomada das atividades presenciais retira a comunidade acadêmica do isolamento provocado pela pandemia. Cabe ao Sinasefe responder à altura, atuando para o cumprimento das medidas sanitárias e de proteção à saúde da comunidade acadêmica, mas, ao mesmo tempo, qualificando e intensificando a mobilização da categoria. A tarefa fundamental que nos une é a defesa da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, uma rede complexa e potente quando reconhecida na sua amplitude e diversidade nacionais - e que tem muito ainda a crescer. Os últimos seis anos evidenciaram que nenhum avanço será possível sem a retomada da democracia e a reconstrução do país tendo como horizonte um novo projeto de desenvolvimento. Os tempos exigem articulação, determinação e capacidade organizativa. Com vistas a contribuir para o fortalecimento do Sinasefe e de nossa categoria, segue abaixo três tarefas de caráter emergencial, as quais consideramos fundamentais ao plano estratégico da nova direção sindical:

Derrotar a Reforma do Ensino Médio e exigir sua revogação

A *contrarreforma* do Ensino Médio (Lei 13.415/17) foi imposta de forma monocrática e sem a participação efetiva dos trabalhadores da educação e dos estudantes, o que já revela seu completo esvaziamento enquanto projeto educacional. Soma-se a isso a concepção neoliberal presente não apenas no âmbito pedagógico, mas, como não poderia deixar de ser, também orçamentário - a velha ideologia da “interdisciplinaridade” que serve para camuflar a

redução ainda maior de investimentos por meio da deformação e precarização do trabalho docente.

Por isso, exigimos imediata suspensão. É fato notório que a grande maioria das escolas brasileiras não assegura à comunidade acadêmica a necessária participação e envolvimento nas decisões sobre os currículos do "Novo Ensino Médio". Apoiamos as iniciativas parlamentares que confrontam com o atual calendário de implementação da contrarreforma (precisamente, o PL 3079/21 e o PDL 611/2), uma vez que propõem a suspensão da implementação da Lei 13.415/17, prevista para o ano letivo de 2022.

Derrotar a cereja do bolo do projeto político neoliberal: PEC 95 do congelamento dos gastos públicos e as Contrarreformas da Previdência, Trabalhista e Administrativa

O golpe de 2016 que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff e a prisão ilegal de Luís Inácio Lula da Silva, seguidos da perda de seus direitos políticos, tiveram como principal finalidade submeter o país à agenda neoliberal, do modo mais severo possível e contra a vontade popular. Todas as reformas atendem ao interesse do grande capital e das elites econômicas que atuam dentro e fora do país, por isso, constituem uma verdadeira excrescência à classe trabalhadora.

A nova direção nacional do Sinasefe precisa criar estratégias de luta para manter a categoria mobilizada, coordenando ações estadual e nacionalmente para pressionar os parlamentares no congresso, como também buscar apoio popular no sentido de revogar as medidas arbitrárias que culminaram num total desmonte dos direitos trabalhistas, afetando diretamente a população mais pobre do país. Não podemos retroceder em nenhum direito, por isso é fundamental revogar:

A Reforma da Previdência – Ao acelerar o projeto de destruição da previdência pública no Brasil, ao inviabilizar o espírito de solidariedade do modelo de previdência ratificada pela constituição cidadã de 1988, a Reforma da Previdência foi aprovada sem maiores resistências contendo no seu bojo um pacote de maldades neoliberais. Não obstante, a irrelevância das centrais sindicais nesse processo obriga-as a se repensar sua atuação e acumular forças ou sucumbir na esteira do aprofundamento neoliberal. A sobrevivência de nossas instituições sociais e públicas depende da superação da letargia burocrática, carregada de disputas por "protagonismo" e outros vícios "tradicionais".

A Reforma Trabalhista – Ao retroceder a patamares inferiores aos conquistados durante a era Vargas, a Reforma Trabalhista simboliza e concretiza o agravamento da

exploração e brutalização da classe trabalhadora. As lutas sociais, sindicais e políticas fundamentais a serem travadas no Brasil passam inevitavelmente pela revogação da Reforma. O avanço de leis ilegítimas e antipopulares que permitem a destruição de direitos trabalhistas resultam na impossibilidade da existência de um sentido público efetivo, no que se refere ao papel do Estado, mas, igualmente, em termos de projeto de sociedade. Trata-se de um problema mundial, e que faz parte da crise estrutural e civilizacional do capitalismo, o qual caminha rumo à iminente barbárie, ameaçando o planeta como um todo.

Seguir lutando contra a PEC 32 ou Reforma Administrativa

Ao contrário do que se pode imaginar, a PEC 32 segue escamoteada no congresso, à espera do momento oportuno, isto é, uma eventual distração das centrais sindicais para ser colocada em votação - viabilizando mais um ataque frontal ao servidor público e, tendo como objetivo a destruição do serviço público. A fragilização se revela em muitos níveis. Por exemplo, o risco de ter seus salários diminuídos automaticamente a cada vez que a chamada dívida pública exigir mais e mais recursos e, por "fatalidade", os gatilhos previstos na PEC 186 forem acionados para atendê-la. Além disso, a PEC 32 faz com que servidores percam estabilidade, planos de carreira, Regime Jurídico Único, inclusive prevendo a possibilidade de dividir atividades com terceirizados ou submissão à gestão controlada por instituições privadas. A reforma significaria cada vez menos concursos públicos, praticamente extinguindo a figura do servidor público. Contribuem para isso ainda a manutenção de ataques no texto como a retirada da progressão por tempo de serviço (tratada como mais um dos "privilégios"), ao mesmo tempo em que não toca nos verdadeiros privilégios, concentrados especialmente no Judiciário e nas Forças Armadas.

Complementam essas três tarefas uma lista de táticas de comunicação, mobilização e luta:

- Intensificar as Jornadas de Luta em Brasília e pelo Fora Bolsonaro - A rua é o espaço de luta da categoria, portanto, ocupá-la é sempre uma construção importante – caso contrário, a classe trabalhadora e a sociedade em geral terão progressivamente perdas irreparáveis, aniquilando outros direitos conquistados no passado. Por isso, os resultados positivos das jornadas de luta em Brasília ao longo do ano passado são uma demonstração concreta do poder de organização dos servidores públicos - os quais realizaram atos e outras atividades políticas presenciais sempre atentos às orientações previstas pelos protocolos sanitários da OMS. Mas para além da PEC 32 e dos atos Fora Bolsonaro, a Jornada de luta em Brasília tem de ser um ato contínuo do movimento sindical, inclusive para ajudar na

mobilização dos parlamentares estaduais em apoio às pautas de luta das seções sindicais. Fortalecer os atos requer ampliar a mobilização, assim como se faz necessário o aprimoramento da comunicação e da articulação dentro do congresso.

- Dar maior atenção às servidoras e servidores da carreira administrativa, a categoria que mais perdeu durante e pós pandemia – O trabalho remoto levou a exaustão dos Taes, com a sobrecarga de atividades, havendo o aumento de casos de adoecimento diante das pressões sofridas pelas chefias imediatas. É importante salientar que o retorno presencial tem sido conduzido de maneira atabalhoada para não dizer irresponsável pelas chefias, colocando os servidores e as servidoras em risco de contaminação do vírus da Covid 19. Por fim, não podemos deixar de falar da retomada da luta pela flexibilização na jornada de trabalho dos Taes. Uma antiga e tão cara reivindicação que precisa constar na pauta de luta da direção nacional.

- Combater o Assédio Moral – As práticas de assédio moral apresentam contornos especiais no serviço público. Não podendo demitir a servidora ou o servidor, a chefia imediata passa a humilhá-lo a fim de ocasionar sua troca de setor ou até mesmo exoneração do cargo, por exemplo. O fato é que todas as situações em que o objetivo é causar constrangimentos e humilhações injustificadas a uma trabalhadora ou trabalhador, estará configurado o assédio moral. O assédio moral por parte de um superior pode acarretar mudanças negativas também no comportamento dos demais trabalhadores, que passam a isolar quem é assediado, visando proteger seu próprio cargo - muitas vezes, reproduzindo também as condutas do agressor. Tanto a situação da flexibilização quanto a do assédio moral exigem da direção nacional respostas assertivas, além de uma rede de acolhimento e um serviço de assessoria jurídica atuante em favor das trabalhadoras e trabalhadores.

- Intensificar a Campanha Salarial - Reiteramos o posicionamento do Fonasefe: nos últimos anos, nossa categoria tem acumulado perdas salariais da ordem de 49,28%. Não tivemos durante os últimos cinco anos qualquer reajuste capaz de recuperar as perdas inflacionárias, o que fez com que os nossos salários se encontrem bastante defasados. Durante o governo Bolsonaro tivemos um expressivo crescimento da inflação, que acumula o percentual de 19,99% de perdas para o(a)s servidores público(a)s. Mediante esse cenário e com base no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, exigimos o reajuste como concretização da isonomia entre o conjunto do(a)s servidore(a)s público(a)s.

- Acompanhar o Retorno presencial - Independentemente do que está previsto no art. 4º, § 3º da IN 90/2021, não se mostra plausível considerar como essenciais as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, tal desvio sequer reconhece a realidade

dos grupos de risco no contexto da pandemia de COVID-19. Não se valoriza a educação colocando em risco a vida da comunidade escolar. Portanto, qualquer deliberação a ser feita para o retorno presencial deve ser concebida e aprovada nos Conselhos Superiores de cada instituição, para que haja um retorno processual, coordenado e seguro, mantendo a possibilidade de trabalho remoto para os servidores que se enquadram nas hipóteses previstas pelo art. 4º, I e II, da IN 90/2021.

- Defender as propostas de racionalização e reenquadramento para os cargos do PCCTAE frente aos ataques do Governo Federal, como o decreto que extingue cargos (9262/2018), a terceirização quase completa dos cargos de nível A e B, bem como, a nova realidade do mundo do trabalho, lutando pela racionalização de todos os cargos que sejam de ingresso com nível médio para o nível D do PCCTAE;
- Analisar a possibilidade de judicialização para garantir a Racionalização dos cargos de nível de classificação “C”, que possuem exigência de escolaridade de nível médio para o nível de classificação “D”.
- Fortalecer a atuação das comissões de carreira do Sinasefe e garantir seus encontros periódicos independente de aprovação da DN, organizando para que seja realizado em 2023 o 3º Seminário Nacional de Carreiras do Sinasefe;
- Ampliar a luta contra o projeto de avaliação de desempenho padrão em desenvolvimento pelo governo federal, garantindo a autonomia universitária;
- Propor a retomada da mesa de negociação para recuperar a database e o *step* de 5% no PCCTAE e exigir providências no sentido de recompor as perdas dos aposentados no PCCTAE;
- Garantir que a participação em eventos de natureza sindical contém como carga horária de capacitação;
- Rever as novas atribuições dos cargos no PCCTAE frente ao fim do Ofício 015/2005 e lutar pela alteração da legislação para permitir que todos os TAE possam concorrer aos cargos eletivos da IFE, orientando as bases e manter a luta permanente quanto a Flexibilização da Jornada de Trabalho dos TAE (30H);
- Encaminhar por meio da CNS nova proposta de restruturação da Carreira TAE, com melhoria da proposta do Incentivo à Qualificação – IQ e defender a revisão do decreto 5824/2006: Utilizar as áreas de conhecimento da CAPES na área de gestão de pessoas para análise da correlação direta e indireta IQ.

- Garantir que as atividades em comissões, pesquisa e extensão sejam incorporadas à carga horária de trabalho do servidor TAE;
- Encampar a luta pelo RSC dos TAE com proposta advinda da luta sindical;

- Lutar pela anulação da Portaria 983 - A Portaria nº 983 do Ministério da Educação, de 18 de novembro de 2020 traz uma série de problemas em seus fundamentos, principalmente a vida funcional do magistério federal e no princípio de equidade, acarretando em prejuízos para a carreira EBTT, além de ser uma afronta a autonomia didático-científico, administrativa e de gestão financeira e patrimonial consagrados pela Lei de diretrizes e bases da educação nacional – nº 9394/1996. A Portaria ignora tanto discussões acumuladas junto ao CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) quanto, sobretudo, regulamentações de Conselhos Superiores das Instituições de Ensino Federal balizadas por Planos de Desenvolvimento Institucional próprios com Projeto Político Pedagógico (PPP) e Organização Didática conforme a complexidade dos desafios locais de cada uma. É fundamental retomar as articulações no Congresso para a revogação da Portaria.

- Construir junto com a população: organizar Comitês Populares de Luta – Precisamos identificar os movimentos sociais nas praças, nas ruas e em todos os lugares que se situam as seções sindicais buscando fortalecer a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras por todo o Brasil, visando mais do que nunca transpor nossa luta à serviço da reconstrução e transformação do país. Os Comitês Populares de Luta nascem para resgatar essa energia que vem da base, para revitalizar os sindicatos e fortalecer a organização popular, essenciais para um novo projeto de desenvolvimento do Brasil a serviço da classe trabalhadora. É com a força dos sindicatos, dos militantes pela igualdade e pelos direitos das mulheres, das negras e negras, da população LGBTQIA+, das pessoas com deficiência, estudantes e professores, de todas as religiões que poderemos coletivamente mudar a realidade. Em nossa trajetória, aprendemos que só com a organização e mobilização popular é possível garantir as conquistas democráticas e impedir retrocessos como os que estão acontecendo em nosso país desde o golpe do impeachment.

Assinam a tese junto com a Unidade Sindical Primeiro de Maio – US #1M:

Aluísio Coelho - Seção Colégio Militar de Recife

Antônio Nobre da Silva (Didi) - Seção Cáceres IFMT

Ariovan da Silva Martins - Seção Barbacena EPCAR

Camila Cunha - Seção Brasília IFB

Carlos Henrique Xavier Endo - Seção IFSP

Christian Gilioi - Seção IFSP

Daniel Neri - Seção IFMG

Davi Cézar da Silva - Seção Videira IFC

Denilza Frade - Seção IFSP

Dhieggo Glaucio - SINTEFPB

Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira IFC

Elenira Vilela - Seção IFSC

Eliel Regis de Lima - Seção Cáceres IFMT

Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP

Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC

Felipe Lima - Seção IFES

Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC

Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC

Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT

Isaías dos Santos - Seção Litoral IFC

José Paulo Monteiro - Seção IFSC

Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC

Marcelo Assuncão - Seção Colégio Militar do Rio de Janeiro

Mário Luiz - Seção Litoral IFC

Marlene Socorro - Seção IFBA

Matheus Santana - Seção IFBA

Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC

Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC

Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA

Sérgio Rodrigues - SINTEFPB

Acesse esse QR Code para
conhecer as outras teses da US#1M

Silvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC

Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL

Confira todas as teses assinadas pela US#1M (acesse pelo QR Code ao lado)

UNIDADE SINDICAL PRIMEIRO DE MAIO E A BUSCA DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA O SINASEFE

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA! O SINASEFE E A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS

O GOLPE, PANDEMIA, E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

O CAPITALISMO EM CRISE, GUERRAS E FOME

O SUPERMILITANTE: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERSONALISMO NO SINASEFE

DIANTE DA PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, O FORA BOLSONARO NOS IMPULSIONA A TOMAR DE VEZ AS RUAS

O PAPEL DO SINASEFE NA DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

SINASEFE NA LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO: PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É!